SINTAXE E AQUISIÇÃO NA TEORIA DE PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

MARY AIZAWA KATO
UNICAMP

1 – O CONCEITO DE *LÍNGUA-I* E A VISÃO *MODULAR* DA LÍNGUA

Toda teoria da aquisição traz intrinsicamente uma concepção do que se entende por "língua". Chomsky (1986a) faz uma distinção clara de duas concepções logicamente possíveis: a) a de língua definida como um objeto externo, um conjunto de enunciados definidos extensionalmente e b) a que vê língua como algo interno à mente, como saber individual. A segunda é, portanto, uma visão de conjunto intensional de enunciados. Usando os velhos termos do modelo padrão, podemos dizer que enquanto **língua-I** se refere à competência do falante/ouvinte ideal, **língua-E** é um conceito genérico para se referir ao objeto de estudo dos linguistas não-mentalistas.

Definir língua como "conhecimento" abre duas perspectivas em relação à sua organização na mente.

A mente pode ser considerada como um todo unitário, com uma estrutura multi-funcional, ou pode ser considerada como tendo, ao lado de um sistema central com essas características, um número definido de módulos periféricos altamente especializados que, todavia, podem se comunicar com outros sistemas cognitivos, através de componentes com função de "interfaces" (cf. Garfield, 1989).

A teoria lingüística Chomskiana adota uma perspectiva modular de Língua-I, postulando ser ela autônoma em relação a outros sistemas, como ela envolvidos na **Faculdade da Linguagem**, ou o conjunto de conhecimentos que dão conta da produção e da compreensão. Isso é possível porque a Língua-I é o **sistema computacional** dessa faculdade (Chomsky, 1993), aquele que, a partir de uma coleção de itens lexicais constrói, entre outras, um par de representações estruturais interpretáveis nas interfaces. Uma das interfaces é a **Forma Fonética (FF)** e a outra a **Forma Lógica (FL)**. Falando simplesmente, temos aí a relação som-significado. A **FF** faz a interface com os sistemas articulatório/perceptual e a **FL** faz interface com os sistemas conceitual/intencional (Chomsky, 1993).

É, portanto, coerente pensar que se, por aquisição da linguagem, entendemos a aquisição do uso da linguagem, ela envolverá a aquisição de

diversos tipos de conhecimento: língua-I, competência pragmática, "frames" na memória de longo termo, etc.[1] Dado o pressuposto de que língua-I é um módulo altamente especializado, seu desenvolvimento pode se dar também de forma específica, de forma diferente da de outros tipos de aquisição, os quais poderiam ser atribuídos a um dispositivo central de aprendizagem.[2]

Se língua-I é entendido como o estágio adulto do conhecimento lingüístico, a **Gramática Universal (GU)** é postulado como o estado S_0 inicial, comum a todas as crianças, homogêneo dentro da espécie humana. Longe de ser um estado vazio, a **GU** é definida como o conjunto dos **Princípios** invariantes que regem as línguas naturais e mais os **Parâmetros** de variação interlinguística permitidos, concebidos como opções presentes [+ ou 1] ou ausentes [- ou Ø]. Logo, uma boa parte da lingua-I já está em S_0, isto é, é inato ou bio-programado. Os princípios não são aprendidos; quando muito maturam. Os parâmetros também já estão previstos, mas precisam ser definidos quanto ao seu valor [+/1 ou -/0], através do "input" que a criança recebe de sua comunidade.[3]

Embora Chomsky mantenha coerentemente, desde seus primeiros trabalhos, os três pressupostos – a) língua-I como conhecimento e b) língua-I como um módulo especializado (ou a autonomia da gramática) e c) língua-I como parcialmente definido já em GU – sua teoria sintática vem passando por modificações e refinamentos substanciais, aproximando-se cada vez mais do nível explicativo estabelecido como meta desde o início: qual é a hipótese sobre a forma da Língua-I e da GU, que melhor explica o problema lógico da aquisição.

Na seção 2 apresentaremos, de forma simplificada, as características típicas de cada fase, como um programa em busca de resposta para o problema lógico da aprendizagem: o que define a **Gramática Universal** (GU) e a forma da Língua-I, para que a criança passe quase que instantaneamente do estado inicial (GU) para o terminal (língua-I)? Na seção 3 passamos a discutir o problema psicológico da aquisição: como se dá essa aprendizagem em tempo real? Nas conclusões esboçaremos a proposta minimalista e suas questões para a aprendizagem.

---

[1] A definição do objeto da investigação e seus pressupostos torna possível desenvolver trabalhos em perspectivas complementares, com possibilidade de diálogos ricos e iluminadores. Nesse sentido, tem sido para mim um privilégio trabalhar com Cláudia Lemos e os dados de seu projeto, trocando com ela minhas hipóteses gerativistas com seus "insights" sócio-interacionistas.

[2] Seria, por exemplo, a perspectiva Piagetiana.

[3] Para Chomsky, embora a língua-I seja um objeto interno ao indivíduo, uma comunidade que fala a mesma língua partilha o mesmo conhecimento lingüístico, isto é, apresentam línguas-I muito próximas.

2 – O PROBLEMA LÓGICO DA AQUISIÇÃO: ETAPAS PARA SUA SOLUÇÃO

2.1 – Modelo-padrão (Chomsky, 1965)

2.1.1 – Uma gramática de regras

No modelo-padrão, o conhecimento internalizado do falante era simulado em forma de um conjunto de:

1) regras sintagmáticas do tipo $Z \rightarrow A + B$ $B \rightarrow C + A$, que se presumiam subjacentes à estrutura na Fig 1:

Fig 1

```
      Z
     / \
    A   B
       / \
      C   D
```

2) regras de inserção lexical em sua cadeia terminal, de forma a respeitar as restrições de seleção do predicado inserido:

Fig 2

```
      Z
     / \
    A   B
    |  / \
    | C   D
    | |   |
    a c   d
     *f
```

3) regras transformacionais de vários tipos: regras que apagam elementos, que inserem elementos e que movem elementos;

No processo da derivação sintática as árvores sintagmáticas são podadas, galhos são enxertados e a árvore final pode nada ter a ver com a árvore inicial. O número crescente de regras levava ainda àpostulação de uma ordem extrínseca de aplicação de regras.

4) regras interpretativas: a) fonéticas e b) semânticas

A sintaxe, com seus diversos níveis de representação, era o componente que fazia a ponte entre **som** e **sentido**. A estrutura-P (profunda) era o "input" para as regras de interpretação semântica e a estrutura-S o "input" para a tradução fonética.

Fig 3

```
Representação semântica
  ^
  |
Estrutura-P <-- Léxico
 :T1
 :T2 <--------- Transformações
 :Tn
Estrutura Superficial
  |
Representação Fonética
```

As transformações eram preservadoras de significado, mas não de estrutura. A última estrutura derivada (estrutura superficial) era foneticamente interpretada. Nada havia , na ocasião, que pudesse predizer quais estruturas e regras eram possíveis, isto é, se havia alguma restrição na forma e no poder das regras ou algum limite de variação entre as línguas. Não havia ainda a preocupação em saber se havia qualquer correlação entre propriedades morfológicas e sintáticas de uma língua, ou ainda entre diferentes construções sintáticas. As próprias generalizações tipológicas, ou universais indutivos, de Greenberg (1963) eram mais preditivas do que o Modelo Padrão, no que diz respeito a essa última questão.

As representações iniciais, ou estruturas profundas, eram concebidas ora como bastante rasas (perspectiva lexicalista), bem próximas às estruturas superficiais, ora como totalmente abstratas, confundindo-se com o que se imaginava que seriam as representações semânticas (perspectiva semanticista).

Tudo que se podia afirmar sobre o que seria invariante nas línguas naturais era o tipo de regras e a organização invariante da gramática nas línguas naturais.

2.1.2 – A criança é uma pequena lingüista

O enfoque do modelo-padrão é sobre a Língua-I, mas em seus aspectos estritamente descritivos. Pouca coisa é desenvolvida em termos da GU, a não ser a tese, hoje clássica de Ross (1967), que estuda as restrições sobre regras de movimento.

A criança, nessa fase, era concebida como dotada de um Dispositivo de Aprendizagem Lingüística (LAD= Language Acquisition Device), que avaliava conjuntos diferentes de regras para ver a que conjunto correspondiam melhor os dados do "input".

Fig 4

```
INPUT                    GU
português                CONJUNTO DE REGRAS
                                 Σ1
                                 Σ2
                                 Σ3
                                  .
                                  .
                                 Σn

                 CRIANÇA
              (pequena lingüista)
                     |
                     |
                    Σ1
```

Contudo, se nada ou pouco havia na própria teoria que pudesse limitar os conjuntos possíveis de Σ, ela não servia de base para uma verdadeira teoria da aquisição, ou não respondia ao seu **problema lógico**, ou o problema de Platão (Chomsky, 1986a):

(1) Como podiam as crianças aprender uma língua de forma tão rápida e homogênea diante de um "input" imperfeito, sem uma hipótese forte sobre os possíveis conjuntos de regras que iriam encontrar?

Assim, após um entusiasmo inicial pela teoria gerativa padrão (Standard Theory = ST) como uma fonte de hipóteses para a área da aquisição, houve, na década de 70, um arrefecimento do interesse pela visão inatista e formalista Chomskiana. Isso se deve não só à interpretação equivocada, por parte dos psicolingüistas, – de regras gramaticais como operações de processamento, – mas também em virtude do próprio estágio da teoria lingüística, preocupada, até o início daquela década, apenas com descrições estruturais de línguas particulares.

As várias tentativas frustradas do emprego equivocado de regras de derivação como processos mentais de uso ficaram conhecidas como um trabalho guiado pela Hipótese da Complexidade Derivacional (HCD): quanto mais transformações, mais tardia a aquisição de uma estrutura. Havia implícita nessa hipótese o requisito de **simplicidade** que Chomsky (1965) queria alcançar para a sua teoria lingüística.[4]

[4] Veremos, ao final deste trabalho, a noção de **economia** que passa a ser um substitutivo para a de **simplicidade**.

2.2 – O modelo-padrão estendido

2.2.1 – As restrições sobre regras e representações

Na década de setenta, a partir de trabalhos hoje clássicos como o de Ross (1967) e Chomsky (1969), a escola gerativista passa a trabalhar intensivamente na tarefa de procurar princípios que limitassem a forma das regras nas línguas naturais e o poder das transformações.

Para solucionar o problema das regras sintagmáticas, excessivamente desinibidas, Chomsky (1969) em um trabalho hoje clássico – "Remarks on Nominalizations" – havia mostrado a harmonia existente entre verbos e deverbais (*"destroy"/"destruction"*):

(2) a. The enemy destroyed the city.
b. The enemy's destruction of the city

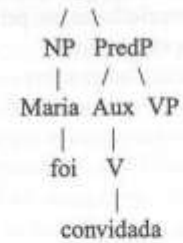
O que Chomsky propôs é que existia um Esquema abstrato subjacente às formas verbais e nominais (também válida para adjetivos) ao qual ele convencionou chamar X-barra (X'). Foi a semente do que hoje constitui a Teoria da X-barra, segundo a qual a projeção de qualquer núcleo lexical forma sempre uma construção endocêntrica. Regras particulares para NPs, VPs APs e PPs deixam de ser necessárias. O que temos universalmente é (desconsiderando a ordem dos elementos):

(3)a. $X_0 + Y'' \rightarrow X'$
b. $X' + W'' \rightarrow X''$ X/Y/W = N, V, A ou P

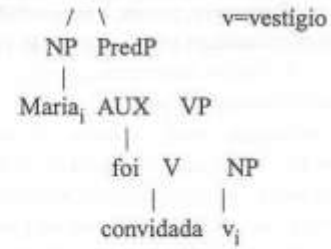
O trabalho de Ross concentrou-se principalmente no que as transformações de movimento não podiam fazer. Ross descobriu aquilo que ainda chamamos de "ilhas sintáticas", isto é, estruturas do interior das quais nada podemos mover , ou extrair. Seu trabalho é ainda o ponto de partida para teorias recentes que procuram formalizar, em forma de sub-teorias, os princípios que desautorizam tais movimentos.

Seguindo a linha de trabalho de Ross, o trabalho de Emmonds (1976) trabalha com o postulado de que transformações preservam estruturas (com exceção de sentenças raízes), evitando assim as podas e apagamentos que deformam estruturas e abrindo caminho para a teoria dos vestígios. Ao contrário da estrutura se tornar intransitiva como na Fig. 5.a, todo elemento movido agora deixa um vestígio, preservando a estrutura durante a derivação, conforme a Fig 5.b.

Fig 5 a.



5 b.



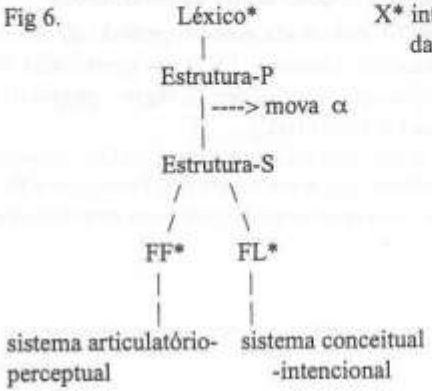
Na década de 80 a restrição se amplia para as sentenças raízes, com novos lugares de pouso previstos nas regras sintagmáticas. É o caso de Comp (lementizador), posteriormente projetado em C' e C" (=CP) (cf. Chomsky, 1986b).

Da mesma forma que Chomsky propõe que as regras sintagmáticas são, na verdade, meras manifestações de um esquema abstrato, onde as categorias são representadas pela variável X, as regras transformacionais são também despojadas de sua singularidade, passando todas a serem instanciações da regra "mova _", que deixa um vestígio v no lugar da coisa movida (Chomsky, 1973).

Ao mesmo tempo em que as regras transformacionais eram postuladas como preservadoras de estrutura, o postulado anterior de transformações serem preservadoras de significado foi caindo (cf. Partee, 1971).

Com os vestígios e as regras de apagamento passando para o componente fonológico, a árvore sintagmática final passa a ser praticamente isomórfica com a estrutura inicial, a menos da caeia terminal. A Estrutura-S tem agora todas as condições para servir de "input" para a interpretação semântica. A concepção inicial de que a Estrutura-P era o "input" para a interpretação semântica é alterada: agora a Estrutura-S é, ao mesmo tempo, interpretável fonética e semânticamente, dando como "output" das regras fonológicas e semânticas a Forma Fonética (FF) e a Forma Lógica (FL). A Estrutura-P é somente a interface entre o Léxico e a Sintaxe.

Fig 6.



X* interfaces com coutros módulos da faculdade da linguagem

2.2.2 – A criança sabe o que não é uma língua natural

Começam, assim, a ser postuladas as propriedades, ou princípios que são efetivamente inatos e que não requerem aprendizagem.[5]

Contudo, esses princípios restritivos diziam mais sobre o que nenhuma língua natural pode ter do que o que elas devem apresentar. Em termos de aquisição, pode-se dizer que a fase contribuiu para a especulação de que tais princípios tivessem a ver com aprendizibilidade: sistems que violam tais princípios não são aprendíveis. E por serem parte da herança genética, da Gramática Universal (GU), a criança não precisa de dados para adquiri-los. Pode-se eventualmente discutir se tais princípios estão ativos desde o início da aquisição ou se estão programados e maturam com a idade. Deixamos essa discussão para a seção 3.

Pouca tarefa empírica sobrou para os psicolingüistas nessa fase. Os princípios lidavam com o limite do que as línguas naturais podem fazer, como, por exemplo, o limite da distância para movimento. Dados naturais emergentes nada tinham a dizer sobre sobre o conhecimento da criança sobre tais princípios. Somente crianças mais velhas eram submetidas a julgamentos de (a)gramaticalidade de sentenças artificialmente construídas e de difícil processamento mesmo para o adulto. E foi justamente essa impossibilidade de utilizar dados infantis emergentes como janelas para o estudo da aquisição que criou espaço para outras abordagens.

De qualquer forma, manteve-se intacta a hipótese de que havia um LAD, isto é, um mecanismo de aquisição específico para línguas e não um mecanismo mais geral de aprendizagem e de desenvolvimento.

Embora os princípios restritivos respondam parcialmente o problema lógico da aprendizagem, eles pouco diziam sobre o que efetivamente a criança precisa aprender ao adquirir uma língua específica.

2.3 – O modelo de Princípios e Parâmetros

2.3.1 – Tratando regras e representações como epifenômenos

No decorrer da década de 70, conhecida como o período da teoria padrão estendida (Extended Standard Theory = EST), os gerativistas se empenham em descobrir princípios que restringiam as regras, propriedades essas atribuíveis à Gramática Universal (GU).

A década de 80 vê nascer a teoria da regência e ligação (Government and Binding = GB), também conhecida como a Teoria dos Princípios e Parâmetros. Nesta, a preocupação é estender os princípios para propriedades

[5] Foi a constatação de que transformações que envolviam sentenças com quantificadores afetavam os significados das mesmas.

obrigatórias nas línguas naturais e **Parâmetros**, propriedades de escolha binária.

Usando ainda a X-barra como ilustração, vejamos como se começa a separar o que é invariante do que é possível de variar.

Trabalhando já dentro do modelo de princípios e parâmetros, Stowell (1981) procura eliminar qualquer resquício de regras sintagmáticas, propondo dar conta das estruturas bem formadas através da interação de princípios mais abstratos e de parâmetros de variação. Refina a teoria da X-barra, restringindo as barras ao máximo de duas, e postulando que só projeções máximas [X"] pode ocorrer em posições não-nucleares (Complementos e Especificadores).

Entretanto, se é verdade que embora toda língua obedeça ao Princípio da X-barra, sendo invariante a posição hierárquica entre o núcleo e seu complemento, a posição linear pode variar: a) japonês: Complemento + X e b) inglês: X + Complemento. Em outras palavras, há um parâmetro de linearização: [+ núcleo inicial] (Fig 7a.) vs [-núcleo inicial] (Fig 7b.).

Fig 7 a. b.

```
   X'          X'
  / \         / \
 X  YP       YP  X
```

Para Stowell, o que o Princípio da X-barra prediz na Gramática Universal (GU) é apenas a relação hierárquica. A linearidade entre o núcleo e o Complemento é fixada pelos valores do Parâmetro da Direcionalidade do Núcleo (cf. detalhes em Mioto, neste volume).

Dessa forma, qualquer criança sabe que o núcleo do predicado e seu complemento devem estar em uma relação de irmandade estrutural (c-comando mútuo), e sua tarefa, na aquisição, é descobrir se X fica à esquerda ou à direita do seu Complemento.

Stowell postula ainda o Princípio da Adjacência para atribuição do caso, o qual prevê que o elemento regido por um núcleo apareça adjacente a ele, isto é, que não haja um φ, interrompendo um núcleo X regente, de seu regido.

(4)a. * [X φ_ YP]
b. * John speaks always Portuguese.

Mas para explicar que línguas como o Francês permitem a intromissão do advérbio entre o verbo e o seu objeto e línguas como o inglês permitem essa mesma intromissão entre o elemento flexionado com concordância e o sujeito, Stowell diz que esse princípio admitiria um certo relaxamento em algumas línguas, que permitiriam elementos não argumentais de aparecerem interrompendo a adjacência. Essa possibilidade de relaxamento

tira a característica de princípio desse fenômeno, atribuindo-lhe o estatuto de parâmetro.

Pollock (1989) dá uma versão em que tal fenômeno é derivado do parâmetro [± movimento de V], hoje mais aceita. O advérbio aparece fixo em adjunção ao VP e o verbo pode ou não subir para o núcleo flexional I(nflection), o antigo nódulo AUX. No inglês o verbo não sobe dada sua morfologia fraca, enquanto no Francês o verbo sobe quando o Tempo é finito. As categorias funcionais passam a ter assim um papel fundamental nos processos gramaticais e na variação lingüística.

(5)a. Jean [$_I$ pres] [toujours [$_{VP}$ parle- Portugais]

b. [$_I$ ∅] [(ne)pas [$_{VP}$ parler Portugais]

(6) John [$_I$ pres] [always [$_{VP}$ speaks Portuguese]

Em suma, em lugar de pensarmos – como na gramática de regras – que os objetos bem-formados assim são porque em sua formação as instruções do Manual de Construção[6] foram bem seguidas, podemos imaginar que o objeto é bem formado porque ele obedece ao Código de Obras e que o que o Código deixa em aberto, como opções possíveis, passa a ser definido pela seleção de um valor do parâmetro pela criança, a partir de dados que ela ouve em seu ambiente.

Fazendo uma outra metáfora, podemos dizer que cada sub-teoria, com seu(s) princípio(s), funciona como uma seção de Controle de Qualidade, um filtro, para as representações bem-formadas e que os parâmetros, uma vez definidos, também passam a funcionar como luz verde ou vermelha de um semáforo, em relação a uma derivação.

2.3.2 – A criança como acionadora dos botões [+ ou -] dos parâmetros

O próprio Chomsky, falando retrospectivamente (1987:15) da gramática de regras afirma:

(7) "There are no rules at all,
hence no necessity to learn rules".[7]

[6] A metáfora do Manual do Construtor vs Código de obras que aqui usaremos é emprestado de Radford (1981).

[7] Não há absolutamente regra alguma, o que implica em não haver necessidade de aprendizagem de regras. (trad. minha)

O conhecimento sintático de um falante adulto não é um conjunto de regras de boa-formação, mas princípios e propriedades paramétricas com seus valores definidos a partir da língua que lhe serviu de "input".[8]

As propriedades paramétricas são pressupostas como sendo em número finito, e sua fixação, positiva ou negativa, como dependente exclusivamente de dados positivos. A aquisição não se desenvolve através de correções ou de instruções.[9] É um processo seletivo e não instrucional.[10]

Denominando por Pr os princípios e por Pa os parâmetros: por F_i um falante adulto de uma língua X e por F_j um falante de uma língua Y, podemos ter as seguintes instâncias de Língua-I:

(9) I $F_i : Pr_1, Pr_2, ...Pr_n, Pa_1[1], Pa_2[0], ... Pa_n[0]$
II $F_j : Pr_1, Pr_2, ...Pr_n, Pa_1[0], Pa_2[0], ... Pa_n[1]$

As línguas e dialetos variam porque os parâmetros podem ser diferentemente definidos conforme o "input" da comunidade.[11]

Abaixo ilustraremos como se dá essa interação, usando a sub-teoria do Caso.

Em seu estado S_0, toda criança sabe, entre outras coisas que:

(10) a) os NPs precisam ter caso [Princípio]
Mas é só através do "input" que ela poderá dizer "sim" ou "não" quanto à forma como o caso se manifesta [Parâmetros]:
b) se o caso é morfológico (1) ou estrutural (∅);
c) se o sistema casual é acusativo (1) ou negativo (∅);
d) se o caso é atribuído para a direita (1) ou para a esquerda (∅).
etc.

A criança deixa de ser vista como uma pequena lingüista, que faz hipóteses e reformula hipóteses. Sua tarefa passa a ser bastante simples. Na sub-teoria do caso, por exemplo, a criança estará com prontidão para descobrir a manifestação de caso em sua língua [Princípio (a)]. Se estiver adquirindo o japonês, irá simplesmente marcar os parâmetros (b), (c) e (d) como :[11∅].

Se estiver aprendendo o português terá marcado esses mesmos parâmetros como : [∅11].

[8] Veja em Mioto, neste volume, exemplos concretos de princípios e parâmetros.

[9] Podemos dizer que os casos de fórmulas convencionais podem ser um tipo de aprendizagem que não fazem parte desse tipo de concepção de aquisição.

[10] Vide em Moino (neste volume) o estatuto da criança na abordagem gerativista.

[11] Possibilidades como I e II são chamadas por Chomsky de "gramáticas nucleares", que também são idealizações. Uma língua real é constituída de uma gramática nuclear acrescida de uma periferia marcada, que dá conta das mudanças em curso, fenômeno de línguas em contacto, etc.

A noção de Parâmetro é bastante controvertida. Em lugar de considerar que Parâmetros têm a ver com propriedades sintáticas, como por exemplo o caso da posição do núcleo em relação ao seu complemento, ou as categorias que contam como nódulos fronteira,[12] o consenso hoje é de que os princípios sintáticos são invariantes e que os Parâmetros se ligam às classes funcionais, fechadas, mormente à morfologia.

No caso do parâmetro [± movimento do verbo], o que acontece, na verdade, é que a morfologia verbal do Francês obriga que o verbo suba para I, enquanto no Inglês o verbo permanece em VP. Essa permanência fica mais evidente pela possibilidade da inserção de do em I.[13]

A concepção inicial de "parâmetro" é que ele constitui uma propriedade que é responsável por um ou mais tipos concretos de construção. Um exemplo ortodoxo, já bastante questionado, é o parâmetro do "sujeito nulo". A propriedade que dá conta das construções desse parâmetro foi proposta como sendo o caráter pronominal da flexão de concordância (cf. Rizzi, 1982). Esse tipo de flexão seria responsável por:

a) sujeitos ocultos pronominais: (Pedro disse que (ele) caiu)

b) extração do sujeito a longa distância (Quem$_i$ disse que v$_i$ viu Pedro?)

c) sujeito posposto (Telefonou um cliente)

Esse tipo de concepção permite fazer a suposição de que a criança não precisa ser exposta a todas as construções que o valor do parâmetro prediz. Algumas poderiam ser dedutivamente adquiridas e isso responderia ao problema lógico da aquisição.

Além disso, se a propriedade morfológica envolvida em um parâmetro sofre alguma mudança, a expectativa é a de que todas as construções sejam afetadas (cf. Roberts, 1993). O português brasileiro é um objeto de extremo interesse para a teoria, uma vez que o enfraquecimento da morfologia de concordância (cf. Galves, 1993) está em franco progresso e o comportamento em relação ao sujeito oculto pronominal e a inversão parecem estar sendo afetados, mas de forma não uniforme (cf. Duarte, 1993; Berlinck, 1989; Figueiredo Silva, 1994; Kato et alii, 1994).

Por outro lado, há estudos de línguas românicas que mostram que nem sempre as propriedades preditas pelo suposto parâmetro do sujeito nulo andam juntas (cf. Brandi & Cordini, 1989; Franchi e Ilari, 1986; Toribio, 1994), o que coloca um problema para a formulação inicial do parâmetro.

---

[12] Um dos primeiros parâmetros propostos foi justamente em relação à diferença constatada nas regras de movimento entre o inglês e o italiano (cf. Rizzi, 1982):
(i) tuo fratello, a cui mi domando che storie abbiano raccontato
(ii)*your brother, to whom I wonder which stories they told
e que Rizzi explica em termos do que constitui um nódulo fronteira para essas duas línguas.

[13] O paradigma verbal do inglês é essencialmente analítico, em que o verbo fica em VP e o I (= Tempo e concordância) é preenchido por um Modal ou auxiliar.

Na aquisição, as crianças adquirindo diferentes línguas apresentam construções similares: sujeito nulo e sujeito anteposto ou posposto ao verbo. Isso levou Hyams (1986) a postular que [+ sujeito nulo] seria o valor não-marcado do parâmetro, proposta que já recebeu inúmeras críticas, inclusive da própria autora.

Apesar dos problemas advindos da própria teoria, o modelo de Princípios e parâmetros provocou um renascimento do interesse pelo desenvolvimento da sintaxe infantil. A avalanche de trabalhos que foram desenvolvidos e que estão em desenvolvimento em várias línguas mostra as possibilidades empíricas do modelo e sua capacidade de retroalimentar a própria teoria sintática.

3 – O PROBLEMA PSICOLÓGICO DA AQUISIÇÃO

Vimos, na seção anterior, que a escola lingüística chomskiana vem tentando resolver o problema "lógico"da aquisição das línguas, através de um modelo que dê conta do estado inicial (Gramática Universal-GU) e do estado terminal da aquisição de uma língua (Língua-I). Foi, porém, apenas recentemente que, dentro da linha gerativista, se voltou a atenção para o problema da aquisição em tempo real. Foi o modelo de Princípios e Parâmetros que propiciou um renascimento do interesse pelo desenvolvimento da sintaxe infantil, pela capacidade que ela oferece de interpretar dados empíricos.

Duas tendências principais podem ser identificadas no desenvolvimento desses estudos:

a) a que postula uma fase pré-sintática (Felix,1987, Bickerton, 1990, entre outros) e

b) os que advogam que desde o início a criança apresenta uma estrutura sintática que se conforma com os princípios e/ou as categorias que regem a gramática do adulto (Hyams, 1986; Clahzen, 1989, entre outros).

Na visão dos primeiros, os maturacionistas, a linguagem da criança, nessa fase, é uma forma de comunicação que pode envolver o módulo pragmático da linguagem, mas não o conhecimento gramatical. Na visão do segundo grupo, os continuistas, a linguagem primitiva da criança já é constrangida por princípios da GU e pelo valor não-marcado dos parâmetros.

Dentre os maturacionistas, há os que atribuem o desenvolvimento a propriedades formais (princípios) como, por exemplo Wexler e Borer (1987) e outros que atribuem as mesmas sequências à aquisição do voca-

bulário funcional[14] (Radford, 1986, 1990, Guilfoyle & Noonan, 1988), através do qual a criança fixaria a gramática de sua língua.

Uma seqüência sem palavras funcionais e sem flexão, tratada por Bickerton como similares a construções "pidgin" (sem gramática), tem sido vista por outros (Radford, 1990, Lebeaux, 1990, Guilfoyle and Noonan, 1988, Tsimpli, 1991) como formas sintáticas de natureza léxico-temática, uma subparte da estrutura-P do adulto. Seria a tese do truncamento, segundo a qual crianças pequenas falam através de orações pequenas (mini-orações) ou de subpartes da gramática do adulto. Mas são ambos maturacionistas, por admitirem que a gramática (ou a não-gramática) da criança é diferente da do adulto.

Na visão dos continuistas, a aparente fase léxico-temática oculta categorias funcionais, visíveis em certas regularidades na produção da criança. Assim, vimos que, no francês, o verbo sobe para a categoria I (Flexão) quando a sentença é finita e permanece em VP quando o modo é infinitivo. A diferença de posição da negação seria então uma pista para dizer se há ou não a categoria I na gramática da criança. A alternância entre *"pas manger"* e *"mange pas"* na fala da criança é indício da presença de I na estrutura.

No alemão a criança, já aos dois anos, produz a ordem SVO ou SOV, mas nesta o verbo está sempre na forma não-finita, o que mostra que a criança sabe que o verbo flexionado no alemão está em I e não em V, na estrutura (Meisel, 1991).

Na visão dos que advogam a tese de uma GU forte, a aquisição não é instantânea apenas na visão idealizada de Chomsky, mas também em tempo real.

Apesar das diferentes hipóteses quanto ao tempo para se ir da GU para a língua-I, há um consenso entre os estudiosos da aquisição em relação ao que varia nas línguas, e consequentemente ao que a criança precisa adquirir. É a hipótese de que a sintaxe particular de cada língua é determinada pela sua morfologia e léxico funcional (classes fechadas de palavras). A variação paramétrica possível seria então uma função da variação no vocabulário funcional entre as línguas.

4 – CONCLUSÕES

O desenvolvimento da teoria mostra primeiro uma fatoração das regras para extrair os princípios; em seguida uma limpesa das redundâncias nas restrições e/ou princípios, para reduzi-los. O passo seguinte, seria considerar os próprios princípios até aqui postulados como epifenômenos de algum princípio ou lei mais geral. O programa Minimalista propõe o Princípio da Economia, atualizados através de sub-princípios, (procrastinação e avareza). As operações só acontecem de forma visível quando absolutamente necessárias. A derivação mais bem avaliada, portanto, é a que tem os movimentos encobertos (só em FL), com uma saída fonética precoce.

A gramática é vista como constituída de um Léxico e um sistema computacional que relaciona FF e FL da forma mais econômica possível. Não há regras e nem operações opcionais. Os níveis de representação significativos são justamente as que constituem as interfaces com outros módulos: FF e FL, que são os lugares de "INPUT" e "OUTPUT".

O que numa língua ocorre dentro da sintaxe visível, isto é, antes da saída fonética, em outra língua ocorre só em FL. Logo, a variação lingüística é uma função de onde se dá a saída fonética (o "spell-out"). A diferença é atribuída à morfologia.

Todos os elementos lexicais são inseridos plenamente flexionados já de início e seu movimento para o esqueleto funcional se caracteriza como uma operação de checagem, de verificação de seus traços e não de afixação. Essa checagem se dá de forma visível ou encoberta, dependendo das flexões serem de natureza forte ou fraca. A flexão temporal do inglês é fraca, logo o verbo permanece dentro de VP, só sendo checado em seus traços em FL. No francês os traços são considerados fortes, uma vez que o movimento é visível em sintaxe.

Quanto à aquisição, a criança seria guiada pelos Princípios de Economia. Antes de saber a natureza da morfologia, a criança iniciaria com o valor do parâmetro mais econômico, com a morfologia tanto verbal quanto nominal presumidas fracas, o que explicaria as formas produzidas na fase que os maturacionistas como Radford, Lebeaux e Guilfoyle e Noonan chamaram de Léxico-temática. Não haveria nem subida de verbo e nem subida de NPs, permanecendo tudo dentro da projeção lexical do verbo. Mas o fato de não haver movimentos na sintaxe visível não exclui a possibilidade da existência do esqueleto funcional, onde os elementos poderiam ter seus traços checados em FL. A questão que fica em aberto é: se a linguagem da criança não apresenta, por exemplo, a flexão de concordância, como nas línguas orientais, haveria de qualquer forma uma categoria AGR projetada e a checagem respectiva de seus traços?

Essa caracterização Minimalista do módulo da língua-I lembra a teoria de Marr[15] sobre a visão. Para o estudo dessa capacidade, o autor distingue três níveis de análise: o computacional, o algorítmico e o implementacional. Este lida com o nível físico da descrição. O algorítmico é o nível

[14] Vocabulário funcional, ou gramatical, que inclui palavras de classes gramaticias e morfemas presos vs lexicais. Quanto às características dessas classes, vide Ouhala (1990).

[15] Marr, D. (1982), A computational investigation into the human representation and processing of visual information. Freeman. Apud Stillings (1989).

formal, onde as estrutura dos dados e os procedimentos, passo a passo, durante a percepção são especificados. O nível computacional é a caracterização concisa da relação "input"/"output" do sistema, suprimindo-se detalhes algorítmicos internos do módulo.[16]

Podemos dizer que os caminhos percorridos pela teoria encaixam-se dentro dessa divisão metodológica de Marr. O modelo padrão é o nível implementacional. O modelo estendido e o de princípios e parâmetros é o algorítimico e, finalmente, o modelo minimalista enfoca apenas o computacional, aquilo que interessa para os sistemas de articulação/percepção e para os sistemas conceituais/intencionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. T. (1994) Dialectal variation in the licensing of null expletive and referential subjects. *XXIV LSRL*, Los Angeles: UCLA/USC.

BERLINCK, R. A. (1989) A construção V SN no português do Brasil:uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. *In*: F. Tarallo (org). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes Editores.

BICKERTON. D. (1990) *Language and Species*, Chicago, University of Chicago Press.

BLOOM, P. (1993) Grammatical continuity and language development:the case of subjectless sentences. *Linguistic Inquiry*, 24,4:721-34.

BORER,H. & K. WEXLER (1987) The maturation of syntax. *In*: Th. Roeper & E. Williams (eds). *Parameter Setting*. Dordrecht: Foris: 123-172.

BRANDI, L & P CORDINI (1989) Two Italian dialects and the null subject parameter. *In*: O. Jaeggli & K Safir (orgs). *The Null Subject Parameter*, Dordrecht: Kluwer.

CHOMSKY, N. (1970) Remarks on nominalizations. *In*: R. Jacobs & P. S. Rosenbaum (eds). *Readings in English Transformational Grammar*. Walthan, Mass: Ginn & Co.

———. (1973) Conditions on transformations. *In*: S. Anderson & P. Kiparsky (eds). *A Festshrift for Morris Halle*, New York: Holt, Rinehart & Winston, 232-86.

———. (1981) *Lectures on Governmente and Binding*. Dordrecht: Foris.

———. (1986a) *Knowledge of language*. New York: Praeger.

———. (1986b) *Barriers*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

———. (1987) On the nature, use and aquisition of language: Kyoto Lectures I, ms.

———. (1993) A minimalist program for linguistic theory. *In*: K. Hale & J Keyser (eds). *View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

CLAHSEN, H. (1988) Constraints on parameter setting: a grammatical analysis of some acquisition stages in German child language. *Language Acquisition*. 1:361-391.

DUARTE,M. E. D. (1993) Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. *In*: I. Roberts & M. A. Kato (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes Editores.

EMMONDS, J. (1976) *A Transformational Approach to English* Syntax: Root, Structure-preserving and local Transformations. New York: Academic Press.

[16] A diferença entre a teoria da visão e a teoria da Lingua-I, segundo Stillings, está na concepção mais semântica em relação àquela.

FELIX, S. W. (1987) *Cognition and Language Growth*. Dordrecht: Foris.

FIGUEIREDO SILVA, M. C. (1994) *La Position Sujet dans le Portugais Brésilien*, Université de Genève: Tese de Doutoramento.

FRANCHI, C. & R. ILARI (1986) Clíticos nominativos e inversão desujeito em Bielês. *D.E.L.T.A., II*,1:77-104.

GALVES, Ch. (1993) O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. *In*: I. Roberts & M. A. Kato (orgs). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Pontes Editores.

GREENBERG, J. (1963). Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. *In*: J. Grennberg (ed). *Universals of Language*. Cambridge, Mass: MIT Press.

GUILFOYLE, E. & M. NOONAN (1988) Functional categories and language acquisition, Montreal: McGill University, ms.

HYAMS, N. (1986) *Language Acquisition and the Theory of parameters*, Dordrecht: Reidel.

KATO, M. A., E. NICOLAU, R. A. BERLINCK e H. S. BRITTO (1994) Padrões de Predicação no português falado no Brasil. VIII Seminário da Gramática do Português Falado, Campos de Jordão.

LEBEAUX, D. (1988) *Language Acquisition and the Form of grammar*. Ph. D. Dissertation: University of Massachusetts.

MEISEL, J. (1991) Finiteness, agreement and tense in early grammars. *In*: J. Meisel (ed). *Bilingual First Language Acquisition*. Amsterdam: John Benjamins.

MIOTO, C. (neste volume) A gramática gerativa e a aquisição da linguagem.

MOINO, R. E. L. (neste volume).

OUAHALLA, J. (1991) *Functional Categories and parametric Variation*. London: Routledge.

PARTEE, B. H. (1971) On the requirement that transformations preserve meaning. *In*: C. Fillmore & D. T. Langendoen (eds). *Studies in Linguistic Semantics*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

RADFORD, A. (1990) *Syntactic Theory and the Acquisition of English Syntax*. Oxford: Basil Blackwell.

RIZZI, L (1982) *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.

ROEPER, T. & T. NISHIGAUCHI (1987) Deductive parameters and the growth of empty categories. *In*: T.Roeper & E.Williams (eds). *Parameter Setting*. Dordrecht: Reidel.

ROSS, J. R. (1967) *Constraints on Variables in Syntax*. MIT: Ph. D Dissertation.

STILLING, N. (1989) Modularity and naturalism in theories of vision. *In*: J. L. Garfield (ed). *Modularity in Knowledge Representation and Natural-Language Understanding*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

STOWELL, T. (1981) *Origins of Phrase Structure*. MIT: Ph. D. Dissertation.

WEXLER, K. (1991) Optional infinitives , head movement and the economy of derivations in child grammar. MIT, ms.